



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade UnB Planaltina – FUP

Graduação de Bacharelado em Gestão Ambiental

SABRINA SILVA DE JESUS

**PERCEPÇÕES SOBRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE JOVENS DO
ASSENTAMENTO RURAL RIO BONITO, CAVALCANTE/GOIÁS**

Brasília - DF

2022

SABRINA SILVA DE JESUS

**PERCEPÇÕES SOBRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE JOVENS DO
ASSENTAMENTO RURAL RIO BONITO, CAVALCANTE/GOIÁS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade UnB Planaltina
da Universidade de Brasília, como
requisito à obtenção do título de Bacharel
em Gestão Ambiental.

Brasília – DF, 5 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Orientadora

Prof. Dr. Tânia Cristina Cruz

Examinadora interna

Prof. Dr. Márcio Henrique Bertazi

Examinador interno

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Carlos e Isomar, que vão ser sempre minhas inspirações de vida e força. Sem eles e seu apoio nada disso seria possível. Às minhas irmãs e familiares que me apoiaram e me incentivaram em todos os momentos me dando força e energias positivas. Ao meu namorado que esteve ao meu lado, me dando apoio e força em todas as etapas.

Ao meu cunhado Matheus Castro (*in memoriam*) que não esteve presente no final desse trabalho, mas que foi um grande amigo e apoiador do meu futuro. À minha avó paterna Geronima Pereira (*in memoriam*) e materna Maria dos Santos que são matriarcas de toda sabedoria e base da mulher que eu sou e me tornei. Lecionada por elas sobre os saberes e fazeres tradicionais do Cerrado no qual sou apaixonada.

Aos moradores do assentamento Rio Bonito, em especial aos jovens que me acolheram e ajudaram na construção desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente e principalmente, a Deus, que é e sempre será a base em minha vida e meus projetos. E Nossa Senhora Aparecida por interceder todos os dias me proporcionando vida, força e fé para alcançar meus objetivos.

Agradeço aos meus pais, que apesar do pouco estudo que possuem foram responsáveis pelo maior aprendizado que pude ter em minha vida. Me motivando todos os dias a estudar e investir na educação, me apoiando e lutando comigo durante toda essa trajetória.

Agradeço às minhas irmãs que são minha base de vida e fortaleza, com elas pude ser quem sou e lutar todos os dias pelos meus sonhos. E com alegria e carinho elas me deram suporte durante todos os dias difíceis para não desistir. Agradeço ao meu namorado, Lucas Mateus, por todo amor, carinho, dedicação e principalmente pelo apoio durante esses anos, e por me proporcionar dias mais leves nessa caminhada.

Agradeço a UnB, A FUP por me proporcionar viver sonhos e estar em lugares imagináveis. Agradeço aos professores por todo conhecimento e sabedoria compartilhada, que fizeram parte da minha vida acadêmica me inspirando a ser uma profissional cada vez melhor. E a todos os meus colegas e amigos que conheci na universidade, principalmente meus amigos Caroline, Rafael, Luan, Sarah, Rafaela e Laís que dividiram comigo essa jornada de estudo com muito amor e sororidade e transcendem os muros da universidade e do meu coração.

Em especial agradeço à professora Regina Coelly, por todo carinho e afeto que teve comigo desde o início, pela parceria que pudemos construir juntas e por me apresentar o projeto de extensão Territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade no Rio Bonito. Agradeço a cada morador do assentamento e principalmente aos jovens que me receberam com o amor mais puro em sua forma.

Prezo insetos mais que aviões.

*Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos
mísseis.*

Tenho em mim esse atraso de nascença.

Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.

Tenho abundância de ser feliz por isso.

Meu quintal é maior que o mundo.

Manoel de Barros

JESUS, Sabrina Silva.

Percepções sobre conservação ambiental de jovens do assentamento rural Rio Bonito, Cavalcante/Goiás. Sabrina Silva de Jesus. Planaltina - DF, 2022.

Orientadora: Profª. Drª. Regina Coelly Fernandes Saraiva.

Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

1. Juventude Rural 2. Conservação Ambiental 3. Assentamento 4. Rio Bonito, Goiás.
JESUS, Sabrina Silva.

RESUMO

O assentamento Rio Bonito está situado a cerca de 45km da cidade de Cavalcante/GO, um dos municípios da Chapada dos Veadeiros. Possui por volta de 4.887 hectares contemplando uma grande diversidade de Cerrado, boa parte ainda conservada. O assentamento é banhado por três rios: o Santaninha, Santo Antônio e o Rio Bonito que dá nome ao assentamento. A experiência de conhecer o assentamento se deu através do projeto de extensão Territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade no Rio Bonito/GO, da Faculdade UnB de Planaltina-DF. Pude estar em contato com a comunidade do assentamento e principalmente com a juventude rural do local. A metodologia utilizada na pesquisa de base para a identificação e análise da percepção sobre a conservação ambiental dos jovens rurais do assentamento foi de cunho qualitativo, onde enquanto pesquisadora exigiu-se uma organização e planejamento de dados e coletas. Uma das metodologias também utilizadas foram as oficinas com a participação dos jovens. Os resultados demonstraram reconhecimento e preocupação acerca do tema, apontando sinais de consciência e compreensão das questões ambientais. Trazendo à tona também dificuldades relacionadas ao acesso de informação e conexão no assentamento principalmente para a juventude rural. Onde a pesquisa através dos resultados aponta a necessidade de políticas públicas efetivas para os jovens rurais.

Palavras-Chaves: juventude rural; conservação ambiental; assentamento; Rio Bonito Goiás.

ABSTRACT

The Rio Bonito settlement is situated about 45km from the city of Cavalcante/GO, one of the municipalities of Chapada dos Veadeiros. It has around 4,887 hectares contemplating a great diversity of cerrado, much of it still preserved. The settlement is bathed by three rivers: the Santaninha, Santo Antônio and the Bonito River that gives the settlement its name. The experience of knowing the settlement took place through the project of extension Territoriality, environment and sustainability in Rio Bonito /GO, of the UnB College of Planaltina-DF. I was able to be in contact with the settlement community and especially with the rural youth of the place. The methodology used in the basic research for the identification and analysis of the perception of environmental conservation of rural youth in the settlement was qualitative in nature, whereas as a researcher we demanded an organization and planning of data and collections. One of the methodologies also used were the workshops with the participation of the young people. The results showed recognition and concern about the theme, pointing out signs of awareness and understanding of environmental issues. Also bringing to the fore difficulties related to access to information and connection in the settlement mainly for rural youth. Where the research through the results point to the need for effective public policies for rural youth.

Keywords: rural youth; environmental Conservation; settlement; Rio Bonito Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do assentamento Rio Bonito/GO	_____	33
Figura 2 - Registro da biodiversidade do assentamento	_____	35

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Descrição das oficinas _____	37
Quadro 2 - Questões sobre a conservação ambiental _____	39

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EA – Educação Ambiental

GO – Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Educação ambiental	17
2.2 Educação ambiental no meio rural	19
2.3 Juventude Rural	22
2.4 Conservação Ambiental	26
2.5 Juventude Rural e Políticas Públicas	30
3. MATERIAIS E MÉTODOS	33
3.1 Área do estudo: Assentamento Rio Bonito - Cavalcante/GO	33
3.2 Método da pesquisa	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
4.1 Formulário de inscrição	39
4.2 Resultados das oficinas.....	42
4.3 Análise de dados gerais	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6. REFERÊNCIAS	50
7. APÊNDICES	55
8. ANEXOS	58

1. INTRODUÇÃO

O assentamento Rio Bonito está situado a cerca de 45km da cidade de Cavalcante-Goiás/GO, um dos municípios da Chapada dos Veadeiros. Possui por volta de 4.887 hectares contemplando uma grande diversidade de Cerrado, boa parte ainda conservada. O assentamento é banhado por três rios: o Santaninha, Santo Antônio e o Rio Bonito que dá nome ao assentamento. Atualmente, é composto por 72 famílias que moram e vivem do cultivo e plantio dessas terras, utilizando práticas e atividades tradicionais de plantio, inclusive com sementes crioulas¹.

Além disso, o assentamento possui difícil acesso -uma grande variação de montanhas e morros; e estradas de chão muito precárias. Conseqüentemente, esse fator ocasiona não só na dificuldade para acesso, mas também para o desenvolvimento do local.

Por meio do projeto de extensão Territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade no Rio Bonito/GO, da Faculdade UnB de Planaltina-DF, criado em 2013, pude estar em contato com a comunidade do assentamento e, principalmente, com a juventude rural do local. Nesse sentido, o projeto tem como foco e aplicação de trabalho na comunidade do Rio Bonito, atuando, com a população local, na promoção da sustentabilidade socioambiental, no trabalho à preservação e no incentivo à valorização, cultura e conservação do Cerrado.

Durante a graduação no curso de Gestão Ambiental, tive contato com importantes matérias - Conflitos Socioambientais, Educação Ambiental, Estado Política Ambiente e Sustentabilidade; História Ambiental e Introdução a Ciências Sociais - que possibilitaram o interesse e aprofundamento nas áreas de concentração de estudo no que tange a Políticas Públicas, Educação Ambiental e Conflitos Socioambientais. Tornando possível, desse modo, o interesse no projeto de extensão,

¹ Semente Crioulas: são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc. (Trindade, 2006 p.4)

no qual pude realizar oficinas, juntamente com juventude rural do assentamento, sobre sustentabilidade, meio ambiente, valorização e preservação ambiental.

O convívio e contato com os jovens, por meio das saídas de campo no assentamento, trouxe a possibilidade de me inteirar sobre seus respectivos desejos, sonhos, dificuldades e, principalmente, sobre suas limitações. É inegável que a vivência no projeto de extensão me levou a buscar mais informações acerca da percepção sobre a conservação ambiental dos jovens do Rio Bonito.

Segundo Bernini (2019, p. 662-681), “a discussão sobre a conservação ambiental no Brasil foi iniciada principalmente a partir das concepções de preservação que estavam acontecendo nos EUA já em meados dos séculos XIX”. Analogamente a isso, essa ideia de preservação surgiu a partir da preocupação em manter áreas intocadas frente ao desenvolvimento capitalista.

Um importante marco na questão ambiental também foi a Conferência de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Como afirma os autores Gursk, Gonzaga e Tendolini (2012):

A Conferência de Estocolmo teve como frutos, o reconhecimento do problema ambiental e a necessidade de agir; foi criada a Declaração de Estocolmo (Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), com o objetivo de descrever as responsabilidades e nortear as políticas futuras relativas ao meio ambiente apoiadas no Plano de Ação para o Meio Ambiente composto por 109 recomendações, além de ser considerada um marco jurídico mundial. (Gursk; Gonzaga;Tendolini, 2012 p. 70)

A conferência foi importante principalmente porque uma de suas estratégias para a solução dos problemas ambientais era a educação dos indivíduos a fim de que se tivesse o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto, diversas conferências internacionais foram sendo organizadas com o objetivo de promover ações e conscientização sobre a preservação do meio ambiente.

Uma conferência a ser citada também foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Carmadelo 2019, p. 42 cita que a conferência trouxe que suas discussões “estavam centradas na necessidade de conciliação entre desenvolvimento econômico e a utilização dos recursos naturais”. A conferência foi necessária para a discussão sobre os problemas ambientais globais, trazendo a todos para o centro do debate ambiental.

Dito isto, a presente pesquisa se propôs a realizar uma abordagem qualitativa, de caráter investigativo, no qual o objetivo geral foi levantar dados a respeito da realidade e concepção dessa juventude rural do Rio Bonito no meio em que vivem. Desta forma, obtemos um enfoque na Educação Ambiental ligada à promoção e discussão da conservação ambiental por meio da organização e elaboração de oficinas discursivas e participativas com os jovens.

Como parte dos objetivos específicos da pesquisa, visou-se discutir e debater sobre as dificuldades da inclusão digital no assentamento e a realidade desses jovens rurais; demonstrar a visão dos jovens sobre o que é a Conservação Ambiental, apontando as dificuldades de preservação e manutenção do Cerrado, identificando as principais ações danosas ao meio ambiente ainda promovidas pelos moradores.

A pergunta que será respondida ao final deste estudo, com seus objetivos alcançados e metodologia aplicada, é: Qual a percepção da juventude rural, no meio em que vivem, sobre a Educação Ambiental e a discussão da conservação ambiental?

Considerando esse questionamento, o objetivo geral desta pesquisa é levantar dados a respeito da realidade e concepção dessa juventude no âmbito em que vivem, com enfoque na Educação Ambiental ligada à promoção e discussão da Conservação Ambiental. Portanto, por meio da metodologia utilizada no trabalho, oficinas e formulário, foi possível interpretar a percepção e concepção da juventude rural acerca da Conservação Ambiental. Nesse contexto, traçou-se os seguintes objetivos específicos:

- Discutir sobre as dificuldades e realidade da inclusão digital no assentamento;
- Debater sobre a realidade desses jovens rurais e o momento que estão e vivem;
- Demonstrar sobre a visão e percepção dos jovens sobre o que é a conservação ambiental, apontando as dificuldades de conservação e manutenção do Cerrados no assentamento;

- Identificar as principais ações danosas ao meio ambiente ainda utilizadas pelos moradores.

Esse estudo se justifica pelo potencial ecossistêmico e relevância ambiental do assentamento, o qual se encontra localizado na região do Cerrado da Chapada dos Veadeiros/GO, um local de bastante preservação e conservação. Considera-se ainda que ao responder, levantar os dados e atender os objetivos da pesquisa será possível perceber a importância que este estudo tem para as atividades de extensão que a universidade propõe ao assentamento. O levantamento poderá trazer novas propostas de atividades, considerando que as ações do projeto de extensão têm como público os jovens e alunos da escola do assentamento, podendo, então, promover novas atividades baseadas nos dados gerados a partir da presente pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental, prevê que a Educação Ambiental se entende pelos,

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (PNEA- Lei no 9795/1999, Art. 1º).

A política cita ainda que a Educação Ambiental deve ser um componente essencial e permanente da educação nacional, estando presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo das pessoas, sejam eles de caráter formal ou não formal. (PNEA- Lei no 9795/1999)

Layrargues (2006), aborda que a concepção de educação ambiental se tornou hegemônica, e tem como tarefa prioritária a promoção de uma mudança cultural como a contribuição da educação para a reversão da crise ambiental. Observa-se que as questões ambientais estão ligadas às sociais e que a Educação Ambiental é um fator transformador para mudanças socioambientais e culturais.

Além disso, outro fator importante a ser citado é a identificação dos jovens rurais, dentro do contexto, na participação dos assuntos ambientais relacionados à Educação Ambiental. Cristina, Isabel define que:

Partimos da ideia de que a Educação Ambiental (EA), enquanto prática educativa, integra um conjunto de relações sociais que se constitui em torno da preocupação com o meio ambiente e que poderíamos chamar de campo ambiental. Este campo, no Brasil, resulta de um processo histórico de articulação das políticas nacionais e internacionais relativas ao meio ambiente e à educação, bem como da inter-relação entre movimentos sociais e ambientais que se mundializaram, aumentando a sua esfera de influência recíproca. (CRISTINA, 2008.p.13).

Como a autora afirma, a Educação Ambiental se trata de uma prática educativa, contemplando um conjunto de processos e relações pelos quais os indivíduos de uma sociedade se preocupam e constroem valores sociais, econômicos e ambientais; conhecimentos e atitudes a fim de conservar e proteger o meio ambiente. A Educação Ambiental é uma educação que visa a construção de uma

preocupação socioambiental, trazendo consigo uma responsabilidade no modo de viver, pensar e agir.

Layrargues (2009, p.11) afirma,

As questões sociais e ambientais são indissociáveis, apesar de serem tratadas separadamente por uma leitura ideológica que as dicotomiza. Considerar a mudança social na educação ambiental, são estratégias na tradução das ações das práticas pedagógicas da educação ambiental.

Fazer educação ambiental com compromisso social significa reestruturar a compreensão de educação ambiental, para estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social como cita LAYRARGUES (2009).

Na seguinte abordagem, o autor discorre sobre a justiça ambiental e como ela permite ver com clareza a conexão entre as questões ambientais e sociais no campo da Educação Ambiental.

Um exemplo citado pelo autor Layrargues (2009), é que os programas de educação ambiental que implementam campanhas de coleta seletiva e reciclagem, e que são planejados sem essa contextualização, tendem a gerar o desenvolvimento de uma consciência ecológica sem compromisso social. Nesse sentido, pode-se afirmar que para o autor a cultura de consumo juntamente com a exclusão social é intensificada.

Essa construção está ligada com os movimentos ecológicos, os quais pregam pela qualidade de vida e futuro, sobre o bem-estar humano e ecossistêmico e as existências das espécies de seres vivos. Ademais, esses movimentos têm a finalidade de discutir sobre os momentos críticos que os países vêm sofrendo e sofrem em diversos setores, principalmente ligados às questões ambientais.

2.2. Educação Ambiental no meio Rural

A autora Zakrzewski (2004, p. 81), em sua pesquisa que trata sobre qual a Educação Ambiental queremos nas escolas rurais, nos traz a referência do pesquisador Lukas (1980-1981), um dos primeiros pesquisadores em EA a apresentar uma tipologia sobre os modos de fazer EA, abordando a EA sobre o ambiente e a EA para o ambiente. Ela relata que o autor, Lukas, analisa a forma com que a EA atua sobre o meio ambiente está preocupada em produzir compreensões cognitivas, incluindo o desenvolvimento de habilidades necessárias para obter esta compreensão, reconhecendo que o conhecimento sobre o ambiente é condição para a ação .

Segundo Zakrzewski (2004, p. 81),

A EA para o ambiente é dirigida à preservação ambiental e tem relação com o desenvolvimento de atitudes e a EA no ambiente pode ser considerada como uma técnica de instrução, para o estudo do ambiente fora da sala de aula.

Ao que se refere a educação rural ela necessita ser reconhecida em suas multiplicidades, necessidades e regionalidades. Precisa de um empoderamento social que possibilite suas mudanças e evidencie seus compromissos (Zakrzewski, 2004).

A autora identifica que a Educação Ambiental deve ser comprometida com o empoderamento social e específica:

O meio rural precisa de uma EA específica, diferenciada, isto é, alternativa, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que moram e trabalham no campo. Ela deve ser uma educação que atenda às diferenças históricas e culturais, contribuindo para que o povo viva com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. (Zakrzewski 2004, p. 84).

Além disso, segundo a autora, a responsabilidade ambiental na construção de um mundo deve valorizar a diversidade biológica e a diferença cultural. Dessa forma, é relevante a compreensão e a memória coletiva da cotidianidade rural, que segundo a autora é marginalizada pelos desmontes econômicos e esquecidos pelas políticas públicas no cotidiano urbano.

A EA do campo necessita, portanto, de uma força sinérgica maior – uma dimensão de relatividade de suas certezas, no sentido de aumentar sua responsabilidade e de explorar, com carinho, seus limites em toda a ambiguidade que se abriga: claro e escuro, amor e ódio, o singular e o universal, narcíseo e dionisíaco, notas musicais e pausas, luminoso e

fenomênico, imanência e transcendência, presença e ausência, prazer (Eros) e morte (Thanatos). (ZAKRZEVSKI,2004 p.85).

A educação no campo, seja qual for, é um grande desafio: estimular o processo de reflexão sobre modelos de desenvolvimento rural que sejam responsáveis e colaborem para a redução da pobreza; e para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, para a resolução dos problemas ambientais.

Podemos perceber em sua pesquisa que a autora traz a necessidade de que a educação rural deve ser reconhecida em suas multiplicidades, com suas necessidades respeitando suas regionalidades. Citando sobre o empoderamento social, “Isso possibilitará que diversas vozes expressem a sonoridade do grito da liberdade, buscando a responsabilidade ambiental na construção de um mundo que valorize a diversidade biológica e a diferença cultural”. (Zakrzewski, 2004, p. 84)

As reflexões nos demonstram que a educação ambiental não necessariamente pode resolver todos os problemas, principalmente os problemas ambientais. Porém, acredito que somente a educação em suas diversas funções seja um dos caminhos a se seguir para resolvê-las seja no campo e na sociedade.

Leite (1996), relata que é necessário pensar na inclusão social do homem do campo para mantê-lo no campo, com isso é necessária uma educação rural de qualidade.

A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 10/20, quando muitos habitantes da zona rural deixaram sua localidade de origem em busca das áreas que se iniciavam em um processo de industrialização mais amplo. (Leite 1996, p.61)

A educação ambiental se deu como uma estratégia para a construção sustentável. De acordo com Leite (1996), muitos habitantes da zona rural deixaram o campo para buscar o processo de industrialização mais amplo. Diante disso, notamos como as políticas públicas do campo e a educação do campo são necessárias para que não haja o distanciamento desses moradores do campo.

Nesse sentido, os habitantes do campo necessitam da compreensão acerca da memória coletiva da cotidianidade rural, na qual ela classifica como uma sociedade marginalizada pelos desmontes econômicos e esquecidos pelas políticas públicas no cotidiano urbano. (Zakrzewski, 2004)

A busca pelo aumento de produção, evolução, crescimento e modernização tecnológica agrícolas podem e causam vários prejuízos ambientais, pensando que o assentamento possui o Cerrado bem preservado. Foi então em 2009 que o Ministério do Meio Ambiente assumiu o compromisso de iniciar a construção do programa de educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

Através da Portaria 169, de 23 de maio de 2012 instituindo no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar-PEAAF. Tendo como base e diretrizes:

Articular a educação ambiental em seu caráter formal e não-formal, incorporando o componente de educação ambiental não-formal em projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e inserindo os espaços formais de educação nos processos pedagógicos a serem propostos. (BRASIL, 2012, p.04)

Apesar disso, com o estudo na área do assentamento, ainda é notório poucas políticas públicas, como já haviam sido citadas em relação à educação ambiental no local. É percebido que essa parcela da sociedade ainda demanda de uma educação ambiental rural efetiva e participativa em suas regionalidades. Levando em questão suas particularidades de vida, e principalmente a singularidade de opinião de cada habitante rural sobre as questões ambientais, em especial sobre a educação ambiental.

2.3. Juventude Rural

De acordo com Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 que instituiu o Estatuto da Juventude, trazendo os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes, afirma que:

O Estatuto da Juventude afirma em seu artigo 35, que é função do estado promover a educação ambiental na busca de sua preservação. Onde prevê que o Estado promoverá, em todos os níveis de ensino, a educação ambiental voltada para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2013).

Com isso, entende-se que os jovens dentro de uma sociedade têm um papel e direitos sobre a educação ambiental, o saber e construir sustentável se faz relevante. Nos levando a seguinte reflexão: qual o papel e se há papel, por parte desses jovens na construção e atuação da educação e conservação ambiental no assentamento que estão inseridos? Onde e quais espaços são destinados para ajudar e educar os assentados anciões sobre a educação ambiental, sobre as práticas sustentáveis, sobre o uso e ocupação correta do solo, sobre o plantio não agressivo a fauna e flora?

A inclusão e ampliação desses jovens rurais nas questões ambientais do assentamento são de suma importância, com potencial de transformação de meios de produção e degradação. Sendo assim, um dos objetivos finais deste trabalho é construir juntamente com esses jovens rurais o sentimento de pertencimento a essa realidade. No decorrer dos seguintes capítulos e aplicação da presente pesquisa, será levantado essa possível construção e extensão de saberes.

A Unesco (2017) define o conceito de “juventude” como a faixa etária que abrange pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade, mas a experiência de ser jovem pode variar em todo o mundo, onde a categoria de juventude é uma categoria fluida e mutável, visto que essa juventude pode ser caracterizada não só pela faixa etária como também o período da vida ou uma categoria social. Por conseguinte, no decorrer do capítulo, pretende-se atender o termo e referenciar com o máximo de características esse grupo.

“Quando falamos de jovem rural, ou juventude rural, estamos falando de jovens que não recebem essa categoria específica, mas que é um aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização” e de divisão social do trabalho na unidade familiar como cita Vieira, (2004).

Um importante fato que Castro (2009) aborda é que os jovens rurais são considerados os sujeitos chave para o desenvolvimento rural, os quais percebemos um protagonismo da juventude rural como principais construtores das políticas públicas que podem ou não manter eles no campo, ou seja, política que os atendam em suas escolhas de sair ou não do campo. Sabemos que esses jovens passam por dificuldades relacionadas ao acesso de educação, lazer, terras e saúde, principalmente, quando levamos em consideração que a maioria desses jovens moram em assentamentos com dificuldade ou localidade distante de um centro urbano.

Barcelos (2014) nos traz a afirmativa de que problemas em potencialidades e fragilidades enfrentados por essa juventude rural poderiam ser garantidos justamente através dessas políticas públicas de forma efetiva. Além disso, essa juventude precisa ser considerada como um ator que se articula politicamente, seja na implementação, elaboração e avaliação dessas políticas para atendê-los.

Esse conjunto de atores afirmam, nos espaços observados, contrapõem-se a questões como o êxodo rural dos (as) jovens, a falta de políticas públicas e as condições de vida no campo para os (as) jovens, o protagonismo da juventude rural como sujeito de direitos e a constatação da invisibilidade histórica desse ator social no campo, como cita BARCELOS (2004)

A categorização e análise da juventude rural deve ser considerada e levada em conta baseada nas diferentes e diversas juventudes, e jovens rurais que estão inseridos em diferentes espaços e locais. Considerando, então, as condições e influências e momentos que se encontram.

Para Amaral (2007), sobre as questões de concepção de juventude:

Através das pesquisas já realizadas, percebe-se que, embora os autores não estejam muito convictos quanto à aplicação da categoria juventude para explicar os jovens rurais, parece haver consenso de que existem diversas e diferentes formas de ser e de se manifestar como jovem na contemporaneidade. A concepção de juventude entendida como uma categoria analítica, fundada em bases etárias homogêneas, deixa de ser o fundamento explicativo. As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência (AMARAL et. al, 2007, p. 218).

Castro (2005, p.381) chama a atenção ao citar em seu trabalho acerca do processo etnográfico de ser jovem:

Retomando o debate travado na introdução desta tese, “jovem” como categoria de pensamento carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das suas formas de se configurar como ator social. (CASTRO 2005, p.381)

A juventude rural se encontra diante de muitos desafios. E ainda em seu trabalho, Castro (2005, p.380) relata que a “cobrança da permanência ou continuidade dos jovens, deve problematizar esse olhar que percebe no “jovem” o ator heroico da transformação social”. No qual ela cita que:

Foi possível observar como as relações de conquista e permanência na terra estão intrinsecamente ligadas às condições de sua reprodução como unidade familiar, e mais amplamente na própria reprodução da produção familiar. Esta inversão está presente na aparente contradição do discurso dos pais que defendem a “saída” dos filhos em busca de uma vida melhor, mas que, no entanto, lamentam a saída dos jovens. (CASTRO 2005, p. 380)

Stropasolas (2005) considera que, até recentemente, as expectativas e reivindicações dos jovens rurais começaram a constar nas agendas de instituições oficiais, universidades, entidades representativas, movimentos sociais e ONGs. Ademais, segundo o autor, essas omissões, ou seja, a falta de abertura de voz para esses jovens, acaba por ocasionar desconforto nos profissionais que trabalham diretamente com a população em questão.

Dessas constatações nascem questões instigantes e abrangentes sobre o significado das mudanças vivenciadas e expressas pela juventude e suas implicações na construção de novas identidades sociais no mundo rural. (Stropasolas 2005, p.2)

Percorrendo por seu trabalho e trazendo à tona a minha pesquisa, é interessante perceber como o autor relata sobre a crença nas possibilidades de se construir um sentido de unidade na busca do reconhecimento e afirmação social, cultural e dos desejos e sonhos dos jovens rurais. Indicando fortes representatividades por parte dessa população com significativos traços de história, cultura e tradição camponesa.

Nesse contexto, também é preciso indicar que, infelizmente, com o esvaziamento do campo por esses jovens, a população perde esses traços pouco a

pouco. O afastamento desses jovens do campo, tem suas particularidades, em sua pesquisa Carneiro (1998) relata que no passado recente a saída significava uma necessidade, que muitas vezes implicava grandes esforços e mesmo períodos de privação, atualmente, "sair" se coloca como uma opção estimulada pelos pais e favorecida pela diminuição do número de filhos.

Demonstrando que a migração desses jovens para a cidade, seja de modo temporário ou não, pode expor a juventude a ter contato com variações de valores podendo reforçar mais ainda os seus laços identitários com suas culturas de origem ou podendo até mesmo negá-los no futuro.

É importante discutir sobre a saída desses jovens de suas origens, sempre pensando que a população jovem do país mais observada é a população urbana que está concentrada nas cidades. A juventude rural é vista como minoria, mesmo sendo exposto que segundo a PNAD (2006) jovens entre 15 e 29 anos é de 49 milhões de pessoas, sendo rurais 4,5% sendo quase 8 milhões de jovens rurais. Dados mais recentes de acordo com o último censo populacional (IBGE, 2010) existem 7,8 milhões de jovens vivendo em áreas rurais, que ainda é pouco analisado nas pesquisas acadêmicas.

Isso pode acabar por demonstrar um dos fatores que causam uma certa "invisibilidade" dessa população. O trabalho de Zago & Bordignon (2012, p.7) cita que o jovem hoje se vê em confronto com diversas realidades, "tanto em relação ao meio rural, associadas às condições concretas de trabalho e de identidade na profissão e enquanto possibilidades de lazer, renda regular, entre outros benefícios". Ainda segundo os autores, é crescente o número dos jovens que ingressam no ensino superior com expectativas de melhorias de vida e capital.

Sabemos que o jovem rural é o jovem que vive no campo e é definido por sua geração, faixa etária, às vezes cultura e modo de vida. Mostrando-se a relevância do presente estudo para apresentar possíveis e maiores definições desse grupo de jovens rurais do assentamento Rio Bonito/Goiás.

2.4. Conservação Ambiental

De acordo com a legislação brasileira, a conservação ambiental ou conservação da natureza, a qual se refere ao manejo e uso humano dos recursos naturais da natureza, compreendendo a preservação, manutenção e uso sustentável. Onde se tenha ainda a restauração e recuperação do ambiente natural, a fim de garantir a sobrevivência de todos os seres vivos e as aspirações das gerações futuras.

No Art. 2º, inciso VII da LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, traz o conceito a seguir:

Conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características. (LEI Nº 9.985, 2000)

Como notamos, diferentemente da preservação ambiental, que visa à proteção e sua integridade e a perenidade do ambiente ou local, a conservação ambiental se faz inteira da proteção e uso racional dos recursos naturais que o ser humano utiliza em seus habitat e dia a dia.

Para entender o processo e o surgimento do pensamento conservacionista que abrange o meio ambiente é necessário trazer à tona os primeiros direcionamentos que se deram até chegar ao debate em si acerca da conservação ambiental. Os desdobramentos político e econômico, com o alto desenvolvimento e as altas tecnologias, produção e manutenção da vida humana acabaram por desencadear a temática.

Como ressalta Pivello (2007, p.2) os autores Poursin e Dupuy (1975); Meffe e Carroll (1997), foram alguns dos pioneiros ao pensamento de que esse desenvolvimento, sem preocupação com o esgotamento dos recursos e capacidade de resiliência dos sistemas naturais fossem caracterizados por eles como o "mundo natural" separado do "mundo humano".

Neste sentido podemos, Layrargues (1998) traz em sua pesquisa uma crítica acerca da posição do ser humano sobre o meio ambiente e sua proteção. O autor em seu texto traz pensamentos sobre o processo de desenvolvimento econômico no qual o Brasil foi alavancado, o qual é classificado por ele, ao se analisar a história do contexto citado, sua caminhada ao desenvolvimento teve uma transição que segundo

ele, muito clara no pensamento da matriz econômica predominante de estilo econômico agrário voltado para a exportação.

Layrargues (1998) aborda ainda que o Brasil alavancou seu processo de desenvolvimento com a instauração da política de substituição de importações, com a transição de importações de produtos industrializados pela sua produção interna que ocorreu sob o contexto da modernização conservadora.

Essa reflexão se faz necessária e importante principalmente quando observamos a trajetória e caminhos que, a educação ambiental e as temáticas sobre ela, foram tomando forças com o passar dos anos. Levando em consideração que para entender como os conceitos acerca da conservação ambiental e preservação surgiram principalmente após esse grande avanço. Trazendo o debate sobre a ecologia com o objetivo de “frear” o que se era colocado diante desse grande crescimento econômico.

Um marco importante na história da educação ambiental e sua implementação na educação formal foi a Conferência de Tbilisi na Geórgia, em 1977. Se deu em parceria com a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), e seu objetivo geral era implantação das políticas educacionais e as questões ambientais, as quais se tenha a relação entre o meio ambiente e a escola, sendo um elemento essencial para a educação voltada à preservação e conservação ambiental.

Portanto, os presentes debates e os movimentos sociais, foram importantes para articular acerca da temática da conservação ambiental, onde no decorrer dos anos foram sendo construídos conceitos principalmente sobre justiça ambiental e injustiça ambiental. Compreendendo por justiça ambiental como cita Loureiro e Layrargues (2013):

Igualdade na distribuição das consequências ambientais negativas, de forma que nenhum grupo social, étnico ou de classe suporte uma parcela desproporcional das consequências; acesso justo aos bens ambientais do país; amplo acesso às informações relevantes sobre as atividades poluentes, tais como o uso dos recursos naturais, o descarte de seus rejeitos e a localização das fontes de risco; Fortalecimento e favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos, isto é, de movimentos sociais e organizações populares capazes de interferirem no processo de decisão da política e da economia. (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013, P.64)

No contexto apresentado e o deste estudo, destaca-se sobre o desempenho econômico baseado no setor agrícola brasileiro, no qual esse avanço fez com o produto interno bruto (PIB) dobrar nas últimas décadas. (Waichman 2012, p.42) Onde

a autora chama atenção que esse avanço “se dá à custa de um modelo de desenvolvimento agrícola baseado no uso intensivo de insumos e recursos naturais cujo impacto se traduz em elevados custos ambientais e sociais”.

Quando se fala em modelo de desenvolvimento agrícola no uso intensivo de insumos nós trazemos à tona os termos “agrotóxicos “. De acordo com INCA, Instituto Nacional de Câncer (2002; 2021),

Os agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos, larvas, fungos, e etc sob a justificativa de controlar as doenças provocadas por esses vetores e de regular o crescimento da vegetação, tanto no ambiente rural quanto urbano. (Inca, 2002;20021)

Foi através do Decreto nº 98.816/90 (BRASIL, 1990), Decreto nº 4.074/2002 (BRASIL, 2002) e Decreto nº 5.981/2006 (BRASIL, 2006) que se deu a Lei dos Agrotóxicos e seus decretos que os regulamentam. Sendo ela LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989 sancionando a lei nas seguintes definições:

Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. (Lei nº 7.802, 1989)

Sabemos que, mesmo com todos os efeitos da Lei e do decreto, nem sempre é respeitado o não uso de componentes com substâncias que não são autorizadas pelo Brasil e o acompanhamento pelos órgãos de fiscalização é falho. Muito se é debatido sobre os instrumentos de comando e controle na legislação detalhada que tem sido pouco eficiente na garantia e promoção do uso correto e consciente dos agrotóxicos, e logicamente pensando na proteção da saúde humana e saúde ambiental do planeta.

Waichman (2012, p. 43) relata que muitos desses problemas se dão pela “escassez ou mesmo ausência de dados toxicológicos e ecotoxicológicos gerados sob condições locais e reais de uso”. Dessa forma, segundo a autora, é necessário que ocorra uma grande movimentação de recursos como também laboratórios bem estruturados e equipes científicas qualificadas. Ou seja, a ausência desses dados pode acarretar na não preocupação por parte dos país e o um freio nas leis que regem sobre o uso dessas substâncias.

Ainda que o uso de agrotóxicos no Brasil esteja associado principalmente às culturas de exportação, como a soja, o algodão, a cana-de-açúcar, o tabaco e algumas frutas, produzidas no modelo do agronegócio, não podemos subestimar o uso que é feito pela agricultura familiar, hoje responsável pela produção de grande parte das frutas e hortaliças que consumimos (IBGE, 2009)

Isso ocasiona não somente nas mudanças dos saberes e fazeres tradicionais de se plantar, mas totalmente na saúde do homem do campo, que vive de forma “isolada” de muitas doenças e acabam sendo expostos através do uso deles. Sendo importante destacar que na região Sul do Brasil, no ano de 2000, foram registrados 1.496 casos de intoxicações por agrotóxicos, o que corresponde a 7,98 % de todos os casos de intoxicação humana nesta região. (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO FARMACOLÓGICAS, 2002).

Dados que quando verificados no sistema demonstram muitas intoxicações em diversas regiões do país não somente humanas, mas em animais também. Portanto, é de extrema importância discutir sobre os riscos nessas comunidades, seja nas questões sanitárias, de saúde, como também ambiental. Devendo ser considerada a relevância desses locais para a manutenção do bem-estar e conservação da natureza. Sendo cada vez mais necessário discutir sobre os estilos de vida e de plantio saudáveis para essas comunidades rurais.

O debate sobre o meio ambiente traz suas complexidades até mesmo para entendermos sobre seus conceitos. Percebemos, no decorrer do capítulo, como surgiu o debate sobre a conservação ambiental e preservação. Entretanto, considerando a comunidade foco do presente trabalho, o próximo subcapítulo irá abordar acerca da realidade mais afundo da juventude rural e suas políticas públicas. Considerando que não se pode falar em conservação ou preservação sem considerar esses povos, suas vivências e realidades.

2.5. Juventude Rural e Políticas Públicas

Como foi citado anteriormente sobre a juventude rural, Abramovay e Camarano,1997:

Os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos. (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1997).

Segundo os autores, nas últimas décadas brasileiras, houve um intenso esvaziamento do campo, ação essa que pode ser identificada principalmente pela busca por melhoria de oportunidade de trabalho e predominando a migração feminina para centros urbanos. Onde tem ocasionado dois fatores como o envelhecimento da população rural e a predominância do sexo masculino no meio rural.

Esse levantamento nos traz vários questionamentos, como: se existe mais interesse por parte do sexo feminino em busca por melhorias trabalhistas e educacionais do que por parte dos meninos do campo. Também o questionamento: se a mão de obra pesada do campo afasta as mulheres ou falta serviços “femininos” para as mulheres dessas comunidades. São muitos questionamentos que surgem a partir das informações. Mas o que sabemos e o que devemos levar em conta é principalmente pela falta ou rara política pública para os jovens rurais.

Sabemos que dentre essas incertezas a falta de política, as dificuldades de se permanecer na agricultura considerando todos os problemas e embates que envolvem esse ramo, como a falta de terras.

Segundo a pesquisa de Abramovay e et al., no Oeste de Santa Catarina, onde se teve a participação de pais e filhos de 116 estabelecimentos rurais, se teve algumas dessas respostas:

A pesquisa revela que o desejo de permanecer na profissão agrícola é maior entre os rapazes do que entre as moças, conforme também outros estudos. Entre os rapazes há uma coincidência entre o desejo almejado e o que imaginam ser seu destino provável. Mais de 2/3 querem permanecer na atividade que aprenderam com os pais, com diferenças: 38% gostam da profissão e têm a convicção de que serão agricultores enquanto 31% desejariam permanecer, mas veem dificuldades para tanto. Segundo as respostas dos rapazes, os entraves para se manterem na profissão são decorrentes da falta de capital para investimento (81%), falta de novas oportunidades de renda (40%) e falta de terra (30%). (ZAGO & BORDIGNON,2012)

Já em relação às moças, 32% desejam permanecer num estabelecimento agropecuário, mas 37% julgam provável que este seja o destino. “Permanecer numa unidade produtiva rural, para muitas delas, é muito mais uma fatalidade que uma opção”, como detalha Zago & Bordignon (2012). O que podemos refletir a respeito do mencionado é que esses fatores podem se dar principalmente pela falta de condições de se ter grandes infraestruturas e tecnologias como outros grandes produtores possuem. Esses jovens vivem realidades menores, de pequenos produtores, e famílias agricultoras a tradicional “agricultura familiar”, com pouco investimento com plantios concentrados para seus próprios consumos e pequenas vendas nas cidades mais próximas.

Portanto, percebemos o quão se faz importante o debate e articulação de políticas públicas efetivas no âmbito rural.

Juventude e sucessão rural²: criar uma política nacional de fortalecimento da organização produtiva da juventude no campo, para a garantia da sucessão rural, orientada por processos de educação e capacitação, articulada com políticas de acesso à terra, crédito, assistência técnica e extensão rural e cooperativismo, atendendo a 20 mil jovens em 2011 (CONTAG, 2011)

Este, é fundamentado considerando os índices que segundo o IBGE (2010),

cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural nos últimos anos (2000-2010), sendo que 1 milhão da população que emigra estão situados em outros grupos etários (crianças, adultos e idosos) e cerca de 1 milhão são pessoas com idade considerada jovem, isto é, metade da emigração do campo para a cidade é dos grupos sociais etários considerado jovem. (IBGE, 2010).

Isso nos mostra como os programas e as políticas públicas, principalmente com enfoque na juventude rural, precisam trabalhar em cima da migração e evasão desse grupo social para fora do campo.

É função do Estado programar ações que visem mudar a realidade no campo, contribuindo para transformar o rural como ambiente próspero e sustentável, de forma a propiciar aos rapazes e moças do campo opções viáveis para construir seus projetos de vida (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 257).

² Sucessão rural: sucessão rural ou a transferência de fato e de direito da posse e da gestão de uma propriedade rural é uma questão séria é um processo que tem vários componentes, como a transferência do patrimônio com continuação da atividade profissional dos pais que construíram aquela unidade produtiva, além da introdução de novos sistemas de gerenciamento e a substituição das gerações mais antigas na direção do negócio familiar. (Pieper 2014, p. 17)

No qual, ainda segundo os autores, se faz a necessidade de identificar as vocações, relações de poder exercidas nas instâncias familiares, compreendendo ainda os contextos fundiários, econômicos, culturais, políticos que determinam os lugares sociais dessa juventude rural. Dentre as demandas de políticas públicas da juventude rural que devem ser necessárias estão terra, trabalho, educação, cultura, lazer, tecnologias de informação e comunicação, esporte e participação.

Os autores trazem exatamente a ideia do jovem rural como sujeito central da mudança do ambiente rural, onde o Estado tenha a função de promover a esses jovens condições de vida ideais para construir seus projetos e sonhos sem abandonar o campo. Demonstrando a relevância dessa identificação quando falamos de juventude rural inseridas em assentamentos rurais isolados, como o assentamento em questão da presente pesquisa, é importante falar sobre isso quando pensamos nessa juventude isolada de seus direitos com realidades e contextos diferentes.

Portanto, a pesquisa se fez importante para discutirmos o contexto da evasão e ligação com os projetos de vida dos jovens do assentamento Rio Bonito. Além disso, percebe-se que essa pesquisa pode dar abertura para estudos futuros acerca do quão importante e necessário se faz políticas públicas efetivas para eles. Entendendo suas dificuldades em permanecer no campo, e como seus projetos de vida podem estar ligados com o ambiente rural que vivem.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

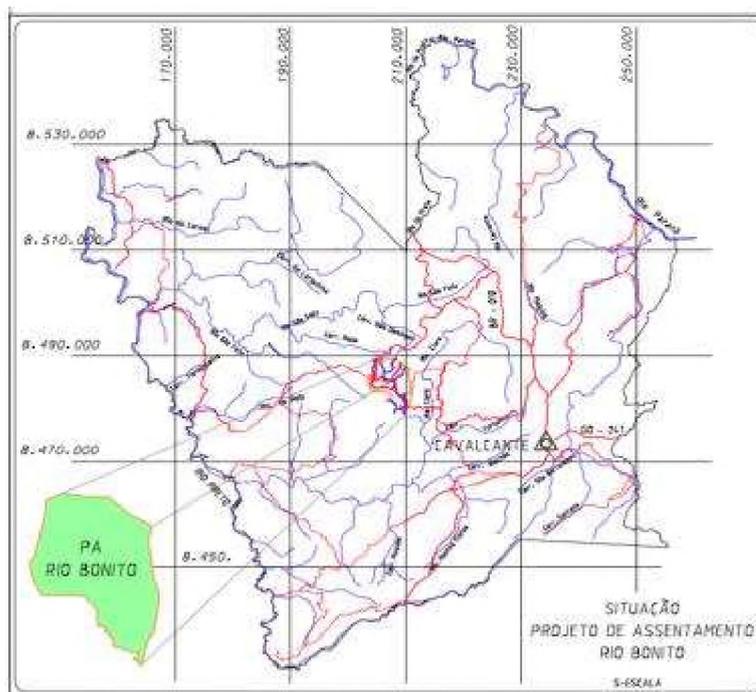
3.1. Área de estudo: Assentamento Rio Bonito - Cavalcante/GO

O assentamento Rio Bonito se encontra na mesorregião Norte de Goiás, foi criado em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA originado pelo projeto do órgão que tinha objetivo à desapropriação de terras e as dividiu em 78 parcelas inicialmente, e as dividindo para assentados e seus familiares que não possuía moradia com o intuito de promover o desenvolvimento rural.

O assentamento se trata de uma única fazenda que antes da desapropriação era exercida a criação extensiva de bovinos e atividades de exploração madeireira, após o projeto 72 famílias assentadas inicialmente foram beneficiadas pelas terras.

Figura 1. Localização do Assentamento Rio Bonito do Norte do Estado de Goiás

15



Fonte: INCRA (2006)

O Assentamento Rio Bonito em Cavalcante - GO é cercado de riquezas de espécies vegetais e animais, solos com potencial de plantio, abundância em água e

fisionomias distintas de cerrado, o que é de extrema importância para a biodiversidade. (MACHADO et al, 2004). O assentamento fica próximo ao município de Cavalcante, que pertence à região da Chapada dos Veadeiros e à Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto.

A região do assentamento está inserida na microbacia do Rio Bonito pode ser caracterizada como um berço de águas, devido às águas fluírem das chapadas “recarga do aquífero” para o embasamento cristalino, desta forma originando a microbacia do Rio Bonito e seus tributários e nascentes (SILVA, 2014)

Demonstrando a relevância ambiental do assentamento podemos perceber a importância da conservação e a prática da educação ambiental por parte dos moradores e jovens. Onde essa comunidade é classificada como agricultores familiares, “constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores “. (Governo Federal, 2019)

Classificando ainda essas famílias como os principais responsáveis pela produção de alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira, destacando a produção de milho, mandioca, pecuária leiteira, cana, arroz, café e entre vários outros alimentos. Isso nos revela a importância dessas comunidades e a relevância de pesquisar e proteger essas populações, considerando que são nessas comunidades que se tem saberes e fazeres tradicionais com grande potencial histórico e cultural que são passadas de geração a geração.



Fonte: Autoria própria, 2019.

3.2. Método da pesquisa

Quando se fala de percepção é importante mencionar a autora De Oliveira (2000), ela trata sobre o campo da psicologia da percepção sendo o voltado para a interpretação da realidade e denomina que:

Cada um de nós possui sua visão de mundo, que não pode ser nunca objetiva, mas compõe-se de um conjunto de realidades subjetivas. Significados, sistemas de valores e interpretações dependem de uma série de fatores, sejam sociais ou inerentes ao próprio indivíduo. (DE OLIVEIRA 2000, p.14)

A autora percorre ainda sobre a percepção do meio ambiente na e para a educação ambiental, afirmando que para “nossa apreensão do mundo se dá pelos processos perceptivos que registram e aferem significados a realidade que cada um de nós percebe, como membros de um grupo social e como indivíduos” (De Oliveira 2000, p.17)

Portanto, a metodologia adotada nesta pesquisa para a identificação e análise da percepção e a conservação ambiental dos jovens rurais do assentamento foi de

cunho qualitativo, considerando que a partir do método na prática e dos objetivos dele se faz necessário a realização de um estudo baseado com a seguinte abordagem, a qual exigiu uma organização e planejamento de dados e coletas.

Desse modo, a escolha pelo método qualitativo se deu principalmente “pela sua flexibilidade de abordagem quanto às técnicas de coleta, podendo ser incorporado as mais adequadas à observação que está sendo feita e analisada.” (MARTINS, 2004, p. 292). Ainda segundo o autor “a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica, tendo a capacidade criadora e intuitiva”.

Portanto, a pesquisa foi desenvolvida com cinco jovens, todas mulheres do assentamento Rio Bonito/GO, com delimitação entre as idades de 15 a 29 anos de idade que residam no assentamento. Sendo uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativo com cunho investigador onde também oficinas foram elaboradas, para obter as informações requeridas no objetivo do trabalho.

Foram utilizados dois métodos para o levantamento dos dados analisados: a aplicação do formulário de inscrição das oficinas e as oficinas promovidas pela presente pesquisa para a obtenção de dados. Com objetivo de promover a conscientização e educação ambiental para a juventude rural, pensando na ideia de que as oficinas de alguma forma poderiam trazer uma abordagem de educação, e maior consciência quanto ao meio ambiente.

Foi elaborado o primeiro instrumento de coleta através do formulário de inscrição via Google Forms, esses dados estão indicados no item 4.1, para que tivesse um primeiro contato e investigar o pensamento dos jovens, a preocupação e importância sobre o tema de conservação ambiental. O segundo instrumento de coleta foram as oficinas organizadas de forma virtual, pela plataforma Google Meet. Considerando que não poderiam ser realizadas de forma presencial, devido ao cenário da pandemia da SARS-CoV-2 (COVID-19).

Sendo assim, respeitando o isolamento social e as atividades escolares estarem sendo feitas de modo remoto, as oficinas foram pensadas nesse contexto da seguinte maneira conforme **Quadro 1**:

Quadro 1. Descrição das oficinas

1º OFICINA	2º OFICINA	3º e 4º OFICINA
<p>Tema: Conhecendo o Rio Bonito, sua juventude e visões sobre o tema.</p>	<p>Tema: A conservação ambiental e preservação do solo e água.</p>	<p>Tema: Separação de resíduos. Transformando e reaproveitando.</p>
<p>A primeira oficina teve como objetivo conhecer, melhorar e fazer um levantamento acerca da rotina do assentamento e dos jovens em suas atividades do dia a dia. Conhecer e perfilar sobre o que eles entendem por conservação ambiental e preservação. Quais atitudes e atividades que eles ainda praticam ou tem conhecimento delas que são praticadas por moradores do assentamento que são danosas ao meio ambiente. E por seguinte se eles possuem conhecimentos dos malefícios destas atividades.</p> <p>Portanto a primeira oficina teve uma breve apresentação do tema, e o levantamento para fomentar e uma melhor realização das seguintes oficinas para que fosse de encontro com suas realidades e a realidade do encontro virtual.</p>	<p>Após construída a ideia foi apresentado o tema foco das oficinas na primeira atividade. A segunda oficina teve como objetivo abordar sobre a temática em si, trazendo questões sobre conservação, preservação do solo e água do assentamento e ambientes em geral, com enfoque no Cerrado que é o bioma de moradia dos jovens. A segunda oficina teve explicações sobre os temas, com debate aberto para os participantes exporem suas vivências e suas realidades acerca de cada ponto tocado no decorrer da atividade. Onde ao final da oficina, teve um momento aberto para expor o resultado das atividades anteriores propostas na primeira oficina.</p>	<p>A primeira parte das oficinas que seria a terceira oficina foi iniciada com foco a respeito dos resíduos sólidos e sua importância, e apresentou a realidade da separação e destinação. Foram demonstrados modelos, e a importância da coleta e dentro do âmbito rural.</p> <p>Foi um momento na atividade para eles demonstrarem suas vivências e realidade do assunto abordado, e o que eles acreditavam que poderiam melhorar, e suas ideias para a resolução dos problemas que eles mesmos citaram.</p> <p>Após a abertura da oficina três, foi dado prosseguimento na quarta e última oficina que teve mais como objetivo principal apontar e demonstrar possíveis soluções para alguns dos resíduos que ainda não têm destinação correta no assentamento, de forma com que mitigue a quantidade lançada no solo. Como por exemplos latas de alumínio, garrafas pet, garrafas de vidro,</p>

		entre outros, mas principalmente objetos que possuem tempo de decomposição maior, quando lançados no solo.
--	--	--

Ao final da 1ª oficina foi proposto uma atividade de interação de casa, que seu resultado seria apresentado nos próximos encontros.

Nessa atividade de interação foi proposto para os jovens, após a oficina de abertura, uma escrita sobre todos os alimentos que eles consumiram durante seu dia a dia, dentro do intervalo de dias de uma oficina para a outra, ou seja, da oficina 1 para a oficina 2. Dizendo o que é plantado e cultivado por eles mesmo, e sua família. Esse levantamento deveria ser escrito por eles em um papel, especificando os nomes dos alimentos e se são plantados de forma sustentável ou com uso de fertilizantes.

O objetivo dessa atividade foi fazer com que eles identificassem o próprio alimento que é consumido por eles, a fim de criar uma percepção do que produzem e como se alimentam. E fazer o levantamento para a pesquisa sobre essa consciência da juventude rural.

Na 2ª oficina não foi proposta atividade. Nas oficinas 3 e 4 foram realizadas juntamente, por escolha dos jovens, principalmente, devido aos problemas técnicos que eles vinham enfrentando nas duas primeiras oficinas, com chuva intensa no assentamento ocasionando na queda de energia e internet. Já nas duas últimas oficinas eles deram de forma mais didática e construtiva, com abertura para os participantes abordarem e trazerem também suas ideias nessa construção e transformação.

Ao fim da oficina foi proposto aos participantes um questionário breve para que pudessem aplicar com seus próprios familiares jovens, irmãs(os), primas(os) e amigas(os) para trazerem e saberem seus posicionamentos acerca da temática da conservação ambiental no assentamento. A proposta das perguntas e atividade está descrita no **Quadro 2** abaixo:

QUADRO 2. Questões sobre a conservação ambiental

Idade:
Sexo:
Escolaridade:
Você se importa com o meio ambiente?
Por que o meio ambiente para você é importante?
Para você o que é conservação ambiental?
Por que você acha que o solo e a água do Rio Bonito são importantes?
Você acha certo o uso de "venenos" nas plantações?
E o lixo, o que você acha sobre o lixo que as pessoas lançam na natureza?

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As oficinas foram elaboradas com a expectativa de que o levantamento dos objetivos específicos fosse respondido de forma lúdica, trazendo mais leveza e debate aberto aos jovens para com o tema do trabalho. Foi considerado ainda a realidade daquela população dos assentamentos. Nas quais em visitas anteriores no local pode ser percebido familiaridade em atividades que eram participativas e integrativas, como por exemplo, atividades que além da teoria dos assuntos levados a eles, eles participavam ativamente na construção da atividade.

Em primeiro momento, trazendo o formulário de inscrição das oficinas que foi utilizado como forma também de levantamento de dados.

4.1. Formulário de inscrição

Foram abertas as inscrições para jovens do Rio Bonito e participaram da pesquisa 5 jovens mulheres. Com idades de 17 a 21 anos, onde 2 das jovens trabalham e estudam, outras 2 só trabalham e 1 somente estuda. Em relação ao

questionamento de suas áreas e local de trabalho, as respostas de 2 foram que trabalham na própria escola do assentamento

O dado apresentado foi um importante dado gerado principalmente por trazer questões sobre o papel feminino no meio rural, ainda que pequeno o número de mulheres inscritas. Foi demonstrado que dentre os convidados a participar das oficinas e da pesquisa somente mulheres se interessaram acerca do tema e das oficinas sobre conservação ambiental.

O resultado trazido nos leva a reflexão acerca da preocupação feminina nas questões ambientais, nos trazendo a ideia de existir uma maior dedicação e engajamento com as pautas ambientais, em relação ao sexo masculino. Um estudo recente da IBOPE Inteligência encomendada pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade – ITS Rio em parceria com o Programa de Comunicação de Mudança Climática da Universidade de Yale (Yale Program on Climate Change Communication), foi publicado em nota no ano de 2018, acerca do tema.

O estudo discute sobre as diferenças de gênero na compreensão pública das mudanças climáticas, apontando que apesar da proporção de homens e mulheres pensarem que o aquecimento global está acontecendo e é causado pelo homem. As mulheres demonstram mais consciência e maiores percepções acerca do risco do tema e da gravidade.

Discute ainda que as mulheres possuem uma maior consciência e envolvimento nas causas e discussões em relação a preservação do meio ambiente. A pesquisa comparada aos dados coletados na aplicação da presente pesquisa remete e levanta a discussão no que se refere ao meio ambiente e gênero. Considerar esses elementos é importante para pesquisas futuras pensando em um maior aprofundamento sobre a temática principalmente nas questões rurais.

Quanto à escolaridade os resultados obtidos no formulário, das 5 pessoas inscritas, 4 delas já concluíram o ensino médio e 1 delas está no Ensino Superior. E nenhuma delas desistiu dos estudos em nenhuma das etapas do ensino.

Quando questionada sobre o tipo de serviço exercido na escola, a primeira relata cuidar das filhas de algumas das professoras da escola enquanto elas lecionam aulas para os alunos. A outra jovem que exerce trabalho na escola aponta dar aulas

como parte de um projeto por parte do Rio Bonito com a prefeitura para alfabetização de jovens e adultos do assentamento.

Em relação às outras jovens que não exercem funções trabalhistas, somente estudam, porém, uma mencionou trabalhar e exercer todos os tipos de atividades trabalhistas. Não foi possível questionar do que se trata o relato e compreender melhor, pois a mesma apesar de ter feito a inscrição teve problemas em participar das oficinas.

Outro quesito questionado no formulário foi em relação à estada deles entre o assentamento e as cidades próximas ao local, como Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás. Onde 4 das jovens afirmam passar a maior parte do tempo no assentamento, e somente 1 nas cidades próximas.

Acerca das mídias digitais, das 5 jovens, 4 possuem acesso à internet. Sendo respectivamente de suas próprias residências e dentre elas somente 2 eram de vizinhos ou parentes. Todas elas, ou seja, as 5 jovens alegam ter acesso às mídias digitais como por exemplo as plataformas Facebook e Instagram. E quando questionadas se ao acessarem a internet costumam pesquisar acerca de assuntos ambientais as 5 ou seja, todas elas afirmam buscar somente às vezes.

É importante ressaltar que as jovens participantes não foram identificadas com seus nomes reais e foram utilizados nomes de flores do Cerrado, como critério para apresentar os dados fornecidos. Sendo assim identificadas nesta pesquisa, como Caliandra, Algodão do Cerrado, Flamboyant do Cerrado, Ipê do Cerrado e Loubeira.

Nesse aspecto do questionamento sobre os assuntos ambientais, foi questionado se para elas a conservação ambiental era importante, e todas elas, 100% atestam sim, ser importante. E quando indagado para exporem suas opiniões do que se tratava a conservação ambiental, as respostas variaram nas seguintes escritas:

Caliandra: “é preservar a natureza”.

Algodão do Cerrado: “é longa vida saudável”.

Flamboyant do Cerrado: “conservar o meio ambiente, pois ele é muito importante para nós”.

Ipê do Cerrado: “é preservar sempre o meio ambiente!”.

Lobeira: “não poluir o meio ambiente”.

A aplicação do questionário foi de grande importância, principalmente, para trazer informações a respeito, em especial, do momento que os jovens do Rio Bonito estão vivendo, suas principais atividades exercidas, suas realidades baseadas nos momentos que cada um individualmente está vivendo. Trazendo relevância, então, para a pesquisa, considerando que um dos objetivos específicos dela era um breve levantamento a respeito da visão anterior das oficinas sobre a conservação ambiental e suas realidades também em relação à inclusão digital no assentamento.

4.2. Resultados das oficinas

A primeira oficina, como atestado nos materiais e métodos, se tratava da oficina de abertura da aplicação das atividades em que o objetivo principal era trazer de forma breve o tema e conhecer melhor as visões e realidades, das jovens, no que diz respeito à conservação ambiental.

Foi iniciada com a apresentação do tema e questionado sobre o que o meio ambiente representava para elas e se elas sentiam incluídas no ambiente. Respectivamente as respostas foram "*conservar as nascentes, as matas, as águas, "é cuidar do nosso planeta, das florestas, para não ficar sem"*". E se sentiam incluídas no meio ambiente, a resposta de ambas foi "*Sim, porque cuidam do meio ambiente, e tentam proteger.*"

Durante toda a ação, por diversos momentos, quando questionados sobre proteção e conservação pode ser observado uma grande preocupação dos jovens na proteção e conservação das nascentes do assentamento. Para elas atitudes que interferem na preservação seriam, principalmente, as questões ao desmatamento das matas e em volta das nascentes e uso de "veneno" como elas mesmas classificam e também sobre o descarte de lixo nos rios e estradas.

Foi possível observar com a pesquisa que as jovens, mesmo tendo pouca idade e experiência de vida, estão aptas e abertas à inserção sobre temas de grande importância, como o de preservação de nascentes e matas. É importante destacar esse fator principalmente, quando pensamos sobre o papel da educação ambiental nas escolas, como uma ferramenta essencial e necessária para a formação de jovens, estudantes e indivíduos mais conscientes.

Considerando que esses jovens são os principais autores e responsáveis por esse debate, já que eles farão o uso da biodiversidade e sua proteção. Medeiros (2011), relata em seu trabalho a importância da inserção da educação ambiental nas escolas “a educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida.”

Como mencionado, aos resultados obtidos nas oficinas podemos perceber que já existe aptidão e uma discussão entre as jovens sobre os problemas e questões ambientais. Portanto, é importante mencionar que se houvesse a inclusão da educação ambiental na escola do assentamento, trazendo a discussão e trabalhando além dos conceitos na formação de valores e práticas para que cada vez mais os jovens possam aprender sobre o assunto, cuidar, respeitar e praticar a conservação ambiental.

Dito isto, as jovens alegam que os moradores do Rio Bonito batem “veneno” ao invés de capinar e melhorar as formas de plantios, elas afirmam ter queima de lixo e julgam ser algo prejudicial para o meio ambiente. Elas gostariam que todas essas ações fossem mudadas e todos se preocupassem mais com essas questões.

Ao ser questionado às jovens se elas se consideravam pessoas preocupadas com o meio ambiente do local que moravam todas as 5 jovens, ou seja 100% delas alegaram que sim, e que acreditam que a sociedade juvenil é a responsável pela preservação e salvação do planeta, onde eles classificam seres os principais atuantes porque afirmam que os mais velhos se encontram cansados.

Apesar de classificarem os jovens como os principais responsáveis e atores nas questões ambientais, foi atestado que os mesmos do assentamento não estão preocupados com a conservação ambiental, na qual a única preocupação deles seria a de viver. Nos demonstrando que talvez os jovens estejam pouco engajados nos assuntos ambientais por estarem focados em questões básicas e pessoais como saúde, alimentação e educação.

A segunda oficina foi aplicada somente com uma das jovens, uma vez que a outra participante atuante também tivera problemas com a internet do assentamento. Então foi prosseguida com a ela, expondo estar gostando das atividades e que as oficinas seriam uma boa ideia, para se ter educação ambiental atuante na escola do

assentamento, podendo trazer uma maior conscientização por parte dos jovens. Ela afirma ter poucos momentos abordando sobre o tema “conservação ambiental” na escola, porém em algumas oportunidades o assunto é levantado.

Nesse momento, vemos novamente como é necessário na educação do campo, a inserção da educação ambiental dentro do projeto pedagógico das escolas rurais. Visto que, segundo Jacobi (2004, p.31),

A educação deve se orientar de forma decisiva para formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade. (JACOBI, 2004, p.31)

Portanto, a Educação Ambiental deve ser inserida no plano pedagógico focada principalmente na conscientização e mudança de comportamento, sendo instrumento de transformação do pensamento e mudança do ambiente em que vivem os alunos e jovens, para que se tenha uma população cada vez mais preocupada e consciente ambientalmente.

Dada a continuidade, por ter tido como objetivo falar sobre proteção do solo e água, foi perceptível na oficina a repetição nas respostas em relação a proteção das nascentes, na qual elas julgaram por diversos momentos ser importantes para o meio ambiente e na proteção do solo, o cuidado com o lixo e queimadas. O foco nessas questões continuou na terceira e quarta oficina.

As duas últimas atividades ocorreram juntas por motivos de vários apagões de energia e internet no assentamento, e, por unanimidade, incluindo que as jovens não participaram de forma atuante, somente via grupo de WhatsApp, e foi decidido que era melhor alocar as duas oficinas para ocorrerem juntas. A oficina abordando sobre o lixo, resíduos, rejeitos e reciclagem foi de suma importância e com bastante participação das duas jovens, onde elas apresentaram que para elas o assunto é relevante principalmente pelo incômodo que elas apresentam do assentamento não possuir coleta seletiva. Ocasionalmente o descarte indevido de resíduos durante todo o Rio Bonito.

Outro fator importante a ser citado é o não conhecimento das jovens de ações, ou organizações que fazem o processo de reciclagem na região das Chapadas dos Veadeiros, elas não têm conhecimento ou nunca tiveram oportunidade de conhecer ações a respeito. Nos demonstrando como se faz importante a implementação da

educação ambiental, como mudança social no assentamento como contextualiza Layrargues (2009) onde:

Fazer educação ambiental com compromisso social significa reestruturar a compreensão de educação ambiental, para estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social, assim, a educação ambiental é aquela que propicia o desenvolvimento de uma consciência ecológica no educando, mas que contextualiza seu projeto político-pedagógico de modo a enfrentar também a padronização cultural, exclusão social, concentração de renda, apatia política; além da degradação da natureza (Layrargues, 2009, p. 12).

Portanto, a educação ambiental mencionada pelo autor se trata de educação completa, na qual se tem a transformação, não somente na degradação da natureza, mas sim como um todo, sendo uma transformação que deve ser coletiva.

4.3. Análise de dados gerais

As oficinas apesar de terem tido baixa participação nos trouxe resultados importantes, principalmente com as questões relacionadas as jovens e suas visões sobre o que elas acreditam ser mais prejudiciais ao meio ambiente. Em resposta à primeira atividade proposta, apresentada na oficina 1, somente uma jovem enviou os alimentos consumidos por ela, comendo chuchu e mandioca plantadas pela própria família dela de forma sustentável sem uso de agrotóxicos.

Fator que podemos observar, é que uma das ações mais prejudiciais que ocorrem no assentamento é a utilização de agrotóxico. Em síntese, as jovens se incomodam tanto com o uso dos agrotóxicos, como os lixos queimados e descartados no rio, revelando uma preocupação com o meio ambiente do local em que vivem.

Na segunda proposta de atividade apresentada no **Quadro 1**, a mesma jovem que enviou a atividade da oficina 1, também enviou os resultados obtidos após questionar algum familiar ou amigo(a) também jovem sobre o tema, sendo também do sexo feminino, e tendo 15 anos, das jovens inscritas ela foi a de menor idade a participar indiretamente da atividade. Ela também afirma se sentir parte do meio ambiente e julga ele importante, pois fornece ar puro, água limpa, solo fértil e rios com muitas águas.

Ela cita que a conservação ambiental trata de não jogar lixo nos rios, nas ruas, não colocar fogo nas matas; no campo e não desmatar as nascentes. Ela relata que o solo e as águas do assentamento são importantes, pois são férteis e as águas são

limpas. Contudo, não acha correto o uso de “veneno” nas plantações por ser prejudicial a sua saúde e ao planeta.

Ela traz uma reflexão sobre qual seria a melhor ideia para mudar o mundo e fala que para conservar o meio ambiente e o assentamento, o ideal seria reflorestar as nascentes, as matas em volta dos rios, não utilizar agrotóxicos e reciclar.

Uma análise do conjunto das atividades e ações da pesquisa revela elementos complementares, sendo eles o pensamento de que a proteção e conservação do meio ambiente só se dará através:

Flamboyant: “não uso de venenos”.

Caliandra: “proteção das nascentes”.

Flamboyant: “não descartar lixo nos rios e estradas “.

Percebe-se que o pensamento se une em todos os aspectos considerados por elas quando se trata dos assuntos ambientais.

Sendo possível identificar com seus relatos as principais ações danosas e prejudiciais, provocadas por elas e pelos moradores do assentamento, trazendo também as dificuldades de conservação e manutenção do Cerrado. Apesar das jovens alegarem não saber o suficiente sobre o bioma que estão inseridas, afirmam conhecer o Cerrado pelos frutos que encontram na extensão do assentamento.

Percebemos que cada jovem tem sua visão, sensibilização e interação com o meio ambiente e os elementos da natureza do assentamento, e todas elas representam uma percepção sobre educação ambiental e conservação. A autora Segura (2001), detalha em seu trabalho justamente sobre esse fato. A educação ambiental pode ser viajada, e não representa somente o ambiente físico como solo, água e etc.

A autora Segura (2001, p.165) destaca que :

Quando a gente fala em educação ambiental pode-se viajar em muitas coisas, mas a primeira coisa que se passa na cabeça ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...) A gente só pode primeiro

conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente. (SEGURA, 2001, p. 165)

Nesse contexto, de modo geral, trabalhos como este que envolvem a educação ambiental, são essenciais no âmbito escolar, de modo que desperte cada vez mais o senso crítico e faça com que os estudantes se sintam parte dessas discussões, tornando-se sujeitos transformadores do ambiente que vivem. A partir desse senso crítico sobre as pautas ambientais, eles podem cada vez mais se envolver e participar ativamente, mobilizando toda a população envolta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado, o presente trabalho aborda resultados sobre a percepção dos jovens rurais do assentamento Rio Bonito, Cavalcante Goiás/GO, sobre a conservação ambiental. Ademais, acreditando que essa pesquisa possa vir a se tornar base para futuros estudos relacionados à juventude rural e o assentamento em si, tanto para a universidade e seus projetos de extensão como para os gestores ambientais focados na área da educação ambiental

Através de percepções apresentadas no decorrer do trabalho acerca das dificuldades e realidades da inclusão digital, onde infelizmente esse fator foi determinante para excluir a participação de muitos jovens que possuem pouco acesso ou nenhum à internet. Ainda nesse pensamento podemos notar o quanto os jovens rurais necessitam de políticas públicas efetivas voltadas à inclusão digital, onde a exclusão desta reflete nas dificuldades de acesso a várias outras políticas públicas, como a promoção de educação de qualidade, qualificação profissional e acesso à cultura.

Na análise se apontou potencial de reconhecimento e informação acerca da percepção dos jovens rurais do assentamento sobre a conservação ambiental, que apesar do pouco contato com a temática demonstram preocupação e interesse na construção dessa proteção. É característico deles uma linguagem de afeto com o assentamento Rio Bonito e suas falas demonstram sentimentos de devoção, carinho e proteção principalmente em relação às águas. Ao citar o Rio Bonito, eles afirmam que a fonte de diversão nos banhos, de alimento e manutenção de vida no assentamento, se dá através dele.

Na análise foi demonstrado que os jovens rurais possuem consciência ambiental, apesar de antes não conhecerem o termo. Mas em suas falas foram demonstradas que existe essa consciência, quando eles falam sobre os problemas ambientais e entendem do que se trata.

Portanto, os estudos envolvendo juventudes são complexos e devem ser analisados em suas totais particularidades e diferenças, sejam elas escolares, culturais e econômicas. A juventude é um grupo constituído por universos particulares que enfrentam o processo de maturidade, juntamente com o de construção de

identidade. E, quando partimos para a juventude rural esse fator se torna ainda mais difícil, levando em consideração a invisibilidade que essa população está sujeita.

Dito isto, a juventude rural grupo-alvo deste estudo, encara muitas dificuldades em suas vidas particulares, como por exemplo: o futuro de seus estudos; problemas com internet e conexão com o mundo fora do assentamento; questões financeiras de seus grupos familiares e vários outros problemas que assolam essas comunidades além dos próprios problemas ambientais. Portanto, refletindo a realidade desses jovens, percebemos que o meio ambiente é uma preocupação, porém existem outras maiores envolvendo até mesmo elementos básicos para viver. O estudo se fez importante para buscar a reflexão deste fator e principalmente para abordar sobre a percepção da juventude rural trazendo possibilidade de uma pesquisa mais profunda sobre os jovens rurais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, R. W. do. [et. al.]. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. In: JEOLÁS, L. S.[et. al.]. Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas. Londrina: Eduel,2007.

BOURDIEU, P. Questions de sociologie. Paris: Éditions de Minuit, 1984.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social. Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude -SINAJUVE. Brasília, DF, [2013].Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12852.htm>.Acesso em: 10 abr. 2020

BRASIL. Conferência Nacional do Meio Ambiente, Brasília, 2003. BRANDÃO, C.R. Pesquisa Participante. Editora Brasiliense, Brasília, 1081.

BERNINI, C. I. Políticas de conservação ambiental no Brasil e a mercadificação da natureza. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 662-681, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.146059. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/146059>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FRANÇA, Angela Valdilena Velasco. Leituras e compreensões de cerrado pela comunidade do Assentamento de Rio Bonito, em Cavalcante, Goiás. 2014. 69 f., il. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Latinoamericana de ciencias sociales*. v. 7, n. 1, pp. 179- 208, 2009.

CASTRO, E. G. de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; FERRI, Caroline. A importância da categoria participação nas políticas de conservação do meio ambiente a partir do disposto na ECO-92 e RIO + 20. Poder de Polícia, Desenvolvimento Sustentável e Socioambientalismo, p. 39. 2019

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In Teixeira da Silva, F.C; Santos, R; Costa, L.F.C. (orgs.). Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CRISTINA, Isabel. Educação Ambiental no Brasil: A educação ambiental no Brasil P.13. Salto para o Futuro. Março de 2008.

DA SILVA, J. L. C. (2018). Educação Ambiental: modelar ações? Despertar ações autônomas? *RevistaThema*. Agosto de 2018.

DE OLIVEIRA AMANTE, Fernanda. PERCEPÇÃO AMBIENTAL-A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. *Geo UERJ*, n. 8, p. 105, 2000.

DÍAZ, A. P. La educación ambiental como proyecto. 2. ed. Barcelona: ICE, 1995.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni de; ANDRADE, Carla. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

GOVERNO FEDERAL. AGRICULTURA FAMILIAR. DISPONIVEL EM: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. ACESSADO EM 20/04/2022.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. *Administração de Empresas em Revista*, Curitiba, v. 11, n. 12, p. 65-79, mar. 2012.

INCRA –INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno SR -28, DF, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

JACOBI, Pedro . Por uma educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 1, 28-35. 2004

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: ENTRE FICAR E PARTIR. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 201–220, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v20i39.9817. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, p. 11-31, 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, p. 72-103, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LEITE, S.C. (1996) Urbanização do processo escolar rural. UFU Uberlândia - MG: (Dissertação de Mestrado).

LUKAS, A. M. The role of Science Education in Education for the Environmental. *Journal of Journal of Environmental Education, Environmental Education 1980-1981*, v. 12, n.2, p. 33-37.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. & Layrargues, Philippe Pomier. *Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica*. Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 2, 2004, p. 289-300.

MEDEIROS, A. B., Mendonça, M. J. S. L., S.L. , Sousa, G.L. Oliveira, I. P. (2011). A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*, 4(1), 1-17.

MEFLLE, G.K. & Carroll, C.R. (eds.) 1997. *Principles of Conservation Biology*. Sinauer Associates. Sunderland

PIVELLO, V.R. Breve histórico da evolução do pensamento conservacionista no Brasil. Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências. Universidade de São Paulo, 2007.

PIEPER, N. W. Sucessão Rural familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe -RS. Rio Grande do Sul. 2014

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- Lei no 9795/1999, Art 1o. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 23 fevereiro. 2022.

POURSIN, J.M. & Dupuy, G. 1975. Malthus. Cultrix/ EDUSP. São Paulo.

QUINTAS, J. S. Educação Ambiental no Brasil: Educação no processo de Gestão Ambiental. P.30. Salto para o Futuro. Março de 2008.

SEGURA, Denise de S. Baena. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SILVA, Lucas Ferreira de. Uso e ocupação do solo no assentamento Rio Bonito em Cavalcante - Goiás. 2014. 22 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) —Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2014.

STROPASOLAS, V. L. Juventude Rural: uma categoria social em construção - CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, GT 22 : Sociologia da Infância e Juventude. 2005.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICOFARMACOLÓGICAS. Disponível em: <https://sinitox.iciict.fiocruz.br/dados-nacionais> . Acesso em: 20/04/2022.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa -ação. São Paulo: Cortez,2009

TRINDADE, C. C., Sementes crioulas e transgênicos. Uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. Trabalho apresentado no XV Congresso Nacional do Conpedi, 15-18 Nov, Manaus, Amazonas 2006.

TREIN, Eunice Schilling. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: CRÍTICA DE QUE. Revista Contemporânea de Educação N ° 14 – agosto/dezembro de 2012

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set. /dez. 2005.

TV ESCOLA/Salto para o futuro. Educação Ambiental no Brasil. Ano XVIII boletim 01 - março de 2008 Rio de Janeiro (RJ).

VIEIRA, Rosanela Steffen. Juventude e sexualidade no contexto de assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. 2004 Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: Migração e investimento nos estudos. (2012). Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>. Acesso em: 25 jun. 2014.

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi. Por uma educação ambiental crítica e emancipatória no meio rural. 2004. Revista brasileira de educação ambiental Brasília - Número Zero. p. 79

WAICHMAN, A. V. A problemática do uso de agrotóxicos no Brasil: a necessidade de construção de uma visão compartilhada por todos os atores sociais. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, 37 (125): 17-50, 2012

7. APÊNDICES

7.1. Material de divulgação de oficinas e chamada para atividade



Atenção

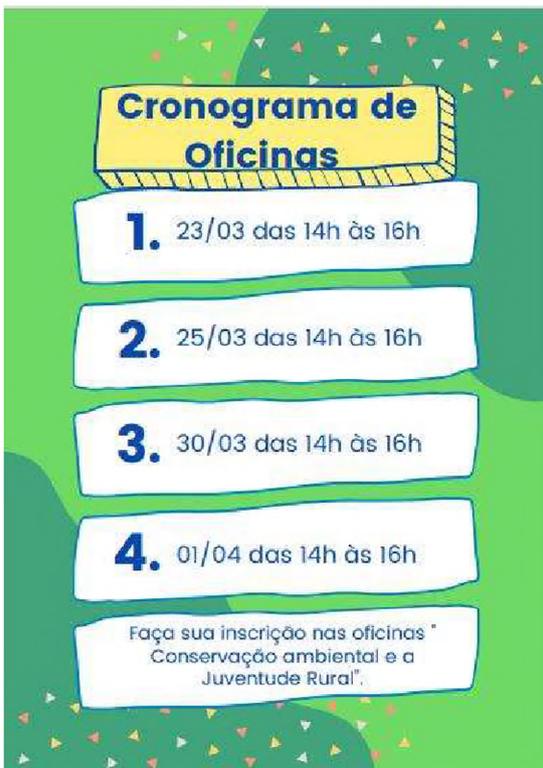
Estaremos promovendo oficinas com a temática " A perspectiva da Juventude Rural sobre a Conservação ambiental"

Caso tenha interesse em participar, responda o formulário do link.

LINK:

UNB/FUP
TERRITORIALIDADE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO RIO BONITO/GO

The poster features a blue header with the word 'Atenção' in white. Below it, text in black and green describes the workshop theme. A call to action in green asks interested participants to fill out a form via a link. At the bottom left, there is a 'LINK:' label and the logo of UNB/FUP. At the bottom right, there is an illustration of a hand holding a smartphone, with a globe and a Wi-Fi symbol nearby. The background is white with green accents.



Cronograma de Oficinas

1. 23/03 das 14h às 16h
2. 25/03 das 14h às 16h
3. 30/03 das 14h às 16h
4. 01/04 das 14h às 16h

Faça sua inscrição nas oficinas " Conservação ambiental e a Juventude Rural".

The poster has a green background with a pattern of small triangles. At the top, a yellow box contains the title 'Cronograma de Oficinas'. Below this, four white boxes list the dates and times of the workshops. At the bottom, a white box contains the registration information. The overall design is clean and modern.

7.2. Proposta de Questionário e formulário de inscrição via Google Forms

Prezado (a), sou Sabrina Silva, faço parte do Projeto de Extensão Territorialidade, Meio ambiente e sustentabilidade no Rio Bonito/GO e aluna/pesquisadora da Universidade de Brasília e promoverei oficinas com temas sobre a “Conservação ambiental e a Juventude Rural “. As oficinas terão certificado de participação, e contribuirão para possíveis dados para meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Caso queira participar preencha os campos a seguir, desde já, agradeço sua colaboração.

Estou ciente. Concordo em participar e contribuir com dados para a pesquisa.

1) Nome Completo:

2) Sexo: Feminino Masculino

3) Escolaridade: Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Superior

4) Idade:

5) Você desistiu dos estudos? Se sim, por quê?

6) Você trabalha e estuda?

7) Se você trabalha, qual seu local de trabalho?

8) Você passa mais tempo no assentamento ou nas cidades próximas?

No assentamento Nas cidades próximas

9) Você irá assistir as oficinas com a internet de sua casa, ou internet de parente ou vizinhos?

Internet da minha casa Internet de vizinhos(outros)

10) Você possui fácil acesso a internet?

Sim Não

11) Você tem acesso as mídias digitais, como por exemplo Facebook e Instagram?

Sim Não As vezes

12) Quando acessa a internet, você costuma pesquisar sobre assuntos ambientais?

Sim () Não () Às vezes ()

13) Para você a conservação ambiental é importante?

Sim () Não () Talvez ()

14) Não sua opinião, o que é conservação ambiental? (Não existe resposta certa, use suas próprias palavras).

8. ANEXOS

8.1. Mapa de localização

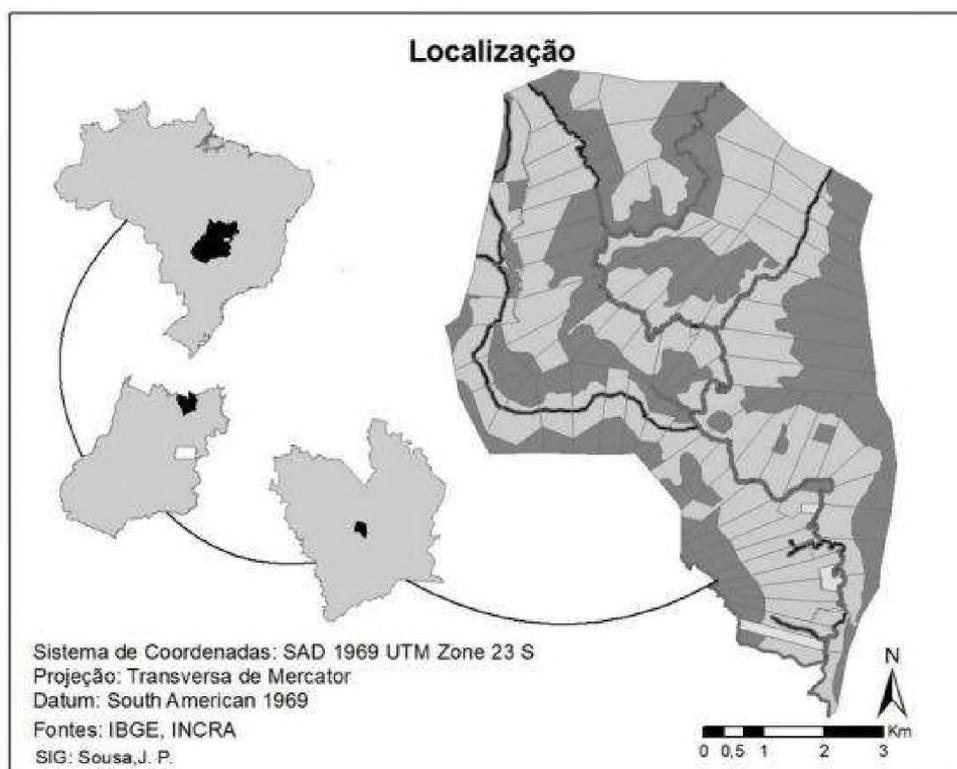


Figura 1. Figura de Localização do Assentamento Rio Bonito

Fonte: SILVA, Lucas Ferreira de (2014)